

Uma investigação acerca do ideário republicano a partir dos lexemas *República brasileira* e *Democracia Brasileira*

An investigation about republican ideas from the lexemes Brazilian Republic and Brazilian Democracy

Geisa Mara Batista¹

Resumo: O presente trabalho de pesquisa, acerca da compreensão do termo República na sociedade contemporânea brasileira, apresenta uma investigação lexicológica a partir do comparativo entre os lexemas *República brasileira* e *Democracia Brasileira*. A partir de uma pesquisa pelos termos na consulta preliminar à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em especial aos arquivos do periódico *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), constatou-se que os termos se comportavam como em um fenômeno de mudança linguística. A partir desse ponto desenvolveu-se a proposta investigativa cujo objetivo geral foi o de investigar se há no ideário contemporâneo nacional correspondência com as ideias especificamente republicanas construídas e veiculadas pela tradição. Para tanto, metodologicamente, ao lado da pesquisa documental, para análise, pautamo-nos especialmente nos pressupostos teóricos de Pocock (1987 [2003]), Skinner (1988) e Matoré (1953[1973]), bem como a teoria dos colocados, tal como em Geeraerts (2010). O trabalho indica uma aproximação lexical entre *República brasileira* e *Democracia brasileira*, corroborando com a hipótese de esvaziamento conceitual do lexema *República*.

Palavras-chave: República; República brasileira; Democracia brasileira; Lexicologia; História das Ideias.

Abstract: The present research work, about the comprehension of the term Republic in the Brazilian contemporary society, presents a lexicological investigation from the comparative between the Brazilian Republic and Brazilian Democracy lexemes. From a search for the terms in the preliminary consultation to the Digital National Library, especially the archives of the *Journal of Brazil* (Rio de Janeiro), it was found that the terms behaved as a phenomenon of linguistic change. From this point on the investigative proposal was developed whose general objective was to investigate whether there is correspondence between the national contemporary ideas and the specifically republican ideas built and conveyed by tradition. To this end, methodologically, alongside documentary research, for analysis, we focus especially on the theoretical assumptions of Pocock (1987 [2003]), Skinner (1988) and Matoré (1953 [1973]), as well as linguistic theory, as in Geeraerts (2010). The work indicates a lexical approach between Brazilian Republic and Brazilian Democracy, corroborating the hypothesis of conceptual emptying of the Republic lexeme.

Keywords: Republic; Brazilian Republic; Brazilian democracy; Lexicology; History of Ideas.

Introdução

Ainda em um processo germinal de investigação, durante uma consulta preliminar aos arquivos do periódico *Jornal do Brasil* disponíveis na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e publicados entre os anos de 1890 e 2010, observou-se as ocorrências dos termos *república* e *democracia*. O primeiro olhar

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

sobre os dados atestou que o termo *república* sempre foi mais frequente que *democracia*, sem que houvesse nenhum momento em que o uso de *democracia* o superasse, dentro das páginas e do período do periódico investigado. Contudo, ao realizar a mesma consulta com os termos *República brasileira* e *Democracia brasileira* observou um comportamento diferente nos dados e, ao expô-los graficamente, observa-se no uso dos termos, uma movimentação compatível à observada em fenômenos de variação e mudança linguística, ou seja, quando um termo toma o lugar de outro no uso do falante por ter com este semelhança semântica, daí a possibilidade de substituição. Assim o gráfico sugeriu que as ideias república e democracia, quando entendidos como Estado republicano e democrático, comportam-se como sinonímia, ainda que não perfeita.

Assim o objetivo geral desse trabalho é investigar o que a análise comparativa entre *república brasileira* e *democracia brasileira* nos revela sobre as distinções conceituais de *república*, ou, em outras palavras, investigar se há no ideário contemporâneo nacional correspondência com as ideias especificamente republicanas construídas e veiculadas no vocabulário da tradição. Para tanto, especificamente, realizou-se: Apresentação de estudos teóricos que relacionam pensamento e linguagem; Levantamento teórico de um vocabulário republicano da tradição histórica, da *politeia* grega e *res publica* latina; Análise comparativa entre os dados encontrados na amostra - datada do final do sec. XIX e ao longo do Sec. XX, ou seja, aos anos que se seguiram a proclamação até dias atuais -, aos colhidos teoricamente.

Nossa hipótese é a de que a análise dos dados revele aproximação semântica entre os termos, nos métodos propostos de Matoré (1953[1973]) e Geeraerts (2010), bem como o esvaziamento da ideia de *república*, como sugere Starling (2018). Metodologicamente será uma pesquisa descritiva e investigativa quanto aos fins, bibliográfica e documental quanto aos meios, com abordagem qualitativa e quantitativa na análise dos dados. Para tanto, a diante, nesse artigo, apresentam-se quatro seções, a saber: metodologia, referencial teórico, apresentação e análise dos dados e considerações finais.

Referencial teórico

Palavra, ideia e contexto

A relação linguagem, pensamento e contexto cultural/social não é nova nos estudos linguísticos. Boas (1911) afirma que o estado sincrônico de uma cultura pode moldar uma língua². Nas palavras de Humboldt (1928 [2006]) “as diferentes línguas constituem os órgãos das maneiras singulares de pensamento e sentimento das nações” (HUMBOLDT, 2006, p. 199)³. Humboldt definiu como *visão de mundo*, “a percepção do mundo organizado por uma língua particular.” (Cf. CHABROLLE-CORRETINI, 2007). Provavelmente a concepção mais célebre formulada nessa área seja a que ficou conhecida como hipótese Sapir e Whorf. A fim de se distanciar de uma visão universal, estritamente biológica e determinista da língua, já nas primeiras páginas de sua obra *Language*, Edward Sapir discorrerá sobre a aparente semelhança e diversidade cultural das interjeições em japonês e inglês, comparando-as ao que chama “várias maneiras nacionais de pintar” (SAPIR, 1921 p.6). Em breves palavras, a hipótese Sapir-Whorf é assim retomada por Kerbrat-Orecchioni (2002, sn.): “A língua reflete a cultura e constitui, portanto, para a análise, um meio de apreender através dela as realidades culturais, portanto ela é em certa medida um espelho”⁴. Tal percepção linguística parece encontrar eco também na História. Afinal, se a língua reflete a cultura, ela o faz porque, antes, expressa o pensamento, porque por ela são comunicadas e se movem as ideias. E não é por outro motivo que

² Acerca da suposta impossibilidade da línguas de indígenas norte-americanos expressarem e construir um pensamento abstrato: “it seems very questionable in how far restriction of the use of certain grammatical form can really be conceived as a hindrance in the formulation of generalized ideas. it seems much more likely that the lack of these forms is due to the lack of their need. [...] the mode of life of the people is such that they are not required; that they would, however, develop just as soon as needed [...]. That under these conditions the language would be moulded rather by the cultural state”. (“Parece muito questionável o quanto a restrição do uso de certas formas gramaticais pode realmente ser concebida como um obstáculo na formulação de ideias generalizadas. Parece muito mais provável que a falta dessas formas se deva à falta de sua necessidade. [...] o modo de vida das pessoas é tal que não são requeridos; que, no entanto, se desenvolveriam logo que necessário (...). Nessas condições, a língua seria moldada pelo estado cultural. (BOAS, 1911, pp.64-7). Possível também estabelecer conexões desta citação com a solução de Levy-Bruhl (Cf. p. 8), onde se trata da mesma problemática.

³ “(...) dass die verschiedenen Sprachen die Organe der eigenthümlichen Denk- und Empfindungsarten der Nationen ausmachen” (HUMBOLDT, 2006, p. 199).

⁴ “La langue reflète la culture, et constitue donc pour l'analyste un moyen d'appréhender à travers elle les réalités culturelles dont elle est dans une certaine mesure le miroir”. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, sn.)

Pocock (1987 [2003], p. 64) afirmará que “o que era conhecido como história do pensamento político, é agora mais precisamente descrito como história do discurso político” e, ainda especificamente sobre a relação da linguagem e o pensamento político, acrescenta:

Quando falamos de linguagem queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações tons e estilos. (POCOCK, 2003, p. 65).

Skinner (1988), realizando uma discussão metodológica acerca de estudos históricos, como os propostos por Pocock (2003), dirá:

Afinal, se é verdade que uma compreensão de qualquer ideia requer uma compreensão de todas as ocasiões e atividades nas quais um determinado agente pode ter usado a forma relevante de palavras, parece claro que pelo menos uma parte dessa compreensão deve estar no entendimento de que tipo de sociedade que o autor dado estava escrevendo e tentando persuadir (SKINNER, 1988, p.59).⁵

Skinner (1988) aprofunda sua proposta e apresenta uma visão crítica acerca de um estudo que busque entender o pensamento de uma época e que se resume a um estudo do texto como objeto em si, desconsiderando o contexto em que esse texto está inserido:

Volto primeiro a considerar a metodologia ditada pela afirmação de que o próprio texto deve formar o objeto auto-suficiente de investigação e compreensão. Pois é essa suposição que continua a governar o maior número de estudos, para levantar as questões filosóficas mais amplas e para dar origem ao maior número de confusões (SKINNER, 1988, p.30).⁶

A razão de sua crítica será a de que tal compreensão parece considerar o texto, suas perguntas e respostas, como atemporais. O autor aconselha,

⁵ “Thus if it is true that an understanding of any idea requires an understanding of all the occasions and activities in which a given agent might have used the relevant form of words, it seems clear that at least a part of such understanding must lie in grasping what sort of society the given author was writing for and trying to persuade”.

⁶ “I turn first to consider the methodology dictated by the claim that the text itself should form the self-sufficient object of inquiry and understanding. For it is this assumption which continues to govern the largest number of studies, to raise the widest philosophical issues, and to give rise to the largest number of confusions.”.

assim, uma leitura contextualizada do texto⁷, entendendo que todo texto está inserido no que chamamos hoje de situação comunicativa, ou seja, é a resposta para uma dada pergunta cultural e historicamente contextualizada.

Uma vez que o enfoque apropriado do estudo é visto desta maneira como sendo essencial lingüístico e a metodologia apropriada é vista como consequência dessa maneira como a recuperação de intenções, o estudo de fatos sobre o contexto social do texto dado pode então tomar o seu lugar em uma parte deste empreendimento lingüístico (SKINNER, 1988, p. 64).⁸

Ratificando, assim, a relação entre linguagem, pensamento e contexto. Por ser o texto contextualizado, pode nos contar a história através das ideias que transmite. Nas palavras de Pocock (2003):

As linguagens são poderosas estruturas mediatárias, e atuar sobre elas e no interior delas é atuar sobre pessoas, talvez imediatamente, mas também por meio de uma transformação nos meios de mediação, o que com frequência é feito e maneira indireta e leva tempo. Certamente devemos estudar as transformações do discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito. (POCOCK, 2003, p.82).

Palavras tem efeito na realidade, palavras dizem respeito a um contexto real. Neste sentido, Pocock (2003, pp. 72-3) trata de uma história das mentalidades, como um estudo da mentalidade que manifesta em um discurso.

Neste momento devemos marcar uma proximidade entre os dois autores: ambos relacionam linguagem e pensamento/ideia, por uma linha lingüística específica, a Análise do Discurso. A linha metodológica a que esse trabalho se propõe, no entanto, distancia-se momentaneamente. Ainda que lingüística, nossa abordagem teórica está respaldada nos estudos lexicológicos. Procuramos a ideia na palavra, a mentalidade que se manifesta no léxico.

Por palavras entende-se as unidades semânticas abstratas que compõem o sistema lingüístico (BIDERMAN, 1999). Doravante aqui tratado por lexema:

⁷ "Method of 'contextual reading'" (SKINNER, 1988, p.57)

⁸ "Once the appropriate focus of the study is seen in this way to be essentially linguistic and the appropriate methodology is seen in consequence to concerned in this way with the recovery of intentions, the study of all the facts about the social context of the given text can then take its place in a part of this linguistic enterprise".

No caso da unidade lexical abstrata, será melhor utilizar o termo lexema para denominar as unidades virtuais que compõem o léxico e chamar de lema sua representação canônica no dicionário. Por conseguinte, estabeleceríamos as seguintes oposições e correlações: léxico é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua; vocabulário é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades. (BIDERMAN, 1999, p. 87).

Propomos uma análise lexicológica, também ancorada na relevância do contexto, corroborando os autores supracitados, em síntese a linha linguística que propomos é linguística sócio-histórica de Matoré (1953 [1973]).

A palavra, como já o vimos, não está isolada na consciência. Ela faz parte de um contexto, de uma frase, que, em parte, a determina; ela está também ligada a outras palavras que se assemelham a ela seja pela forma ou pelo som seja pelo sentido. (MATORÉ, 1953 [1973], p. 18).

Por essa razão, também afirma que “o estudo de cada elemento isolado é, portanto, inoperante e é apenas em função dos conjuntos que a pesquisa lexicológica deve ser conduzida” (MATORÉ, 1953 [1973], p. 7), em sintonia com Skinner (1988). Para o Matoré (1953 [1973], *apud* Cambraia e Romero, 2015, s.n.) uma palavra é “[a]cepção nova introduzida no vocabulário de uma língua em uma dada época”, o que corrobora com Alves (1990, p.87) quando afirma que em um estudo lexicológico, do ponto de vista linguístico, estamos tratando de um processo de formação semântica das palavras, e, paralelamente, do ponto de vista extralinguístico, do estudo da evolução de uma sociedade, posto que as transformações sociais e culturais de uma comunidade seriam refletidas no acervo de seu léxico.

Esse procedimento de análise também conta com a noção de campo nocional, discutida por Geeraerts (2010), em que o autor analisa as relações de distribuição entre palavras de um texto, indo para além de apenas uma análise da sintaxe dos usos, trabalhando as noções de “colocados” em um texto e como esses itens funcionam como indicadores do sentido de palavras naquele contexto. Os “colocados” no campo semântico, ou nocional, apontam, também, para a prosódia semântica atribuída àquele contexto discursivo. Ao sermos

capazes de delimitarmos quais palavras concorrem dentro do texto, podemos delimitar a visão do mundo extralinguístico e como ele se reflete no uso do léxico.

A próxima etapa de nossa jornada, para a investigação da ideia de *república* no Brasil, será traçar o vocabulário republicano da tradição para fins da construção de conceito comparativo para nossa pesquisa lexicológica.

O que é República?

Conforme vimos em Biderman (1999), a partir da realização (vocabulário) das unidades abstratas (léxicos) observarmos o que nos é revelado da ideia de república que temos. Antes, porém, de investigar o vocabulário brasileiro, vejamos o que nos revela parte da extensa teoria acerca da ideia de república já existente, a qual pode nos fornecer elemento básicos para que possamos, por comparação e relação, avaliar um possível esvaziamento ou não do conceito na compreensão contemporânea nacional.

A fim de pensar a República desde suas origens greco-romanas, Araújo (2000), a partir de um paralelo com o termo democracia, propõe duas questões centrais para a construção dos conceitos: de um lado a *virtude do civismo*⁹ - a ideia de excelência do exercício da cidadania -, do outro, a ideia de plebeísmo - ideia de extensão da cidadania. Tais ideias não têm relação harmônica, afinal, “cidadãos são súditos, mas nem todos súditos são cidadãos”, marcando assim uma espécie de dicotomia entre quantidade daqueles em que se estende a cidadania, e certa qualidade de ação cidadã, a qual marca o civismo, uma comunidade política, suas características e virtudes (por exemplo, *direitos políticos* para fazer *leis* e *eleger* membros do governo). Em última instância, essa qualidade que marcaria a República, posto que uma República não deixa de o ser se apenas uma minoria da população for considerada cidadã (ARAÚJO, 2000, sn.). Estender o número de cidadão é estender o conflito de interesses, divergentes entre os mais ricos e mais pobres, o que pode levar o cidadão a se apegar mais aos seus interesses particulares que ao *comum, público*.

⁹ Todos os grifos nessa seção são nossos.

Bignotto (2010, p. 26-8), reconhecendo que recorrer a alguns grandes representantes do pensamento iluminista europeu consiste de apenas parte de uma história mais complexa, relatará que “foi nesse universo rico e aberto que questões como as da virtude, do patriotismo, da liberdade e da soberania popular encontraram lugar e puderam ser discutidas. O vocabulário da vida pública foi sendo paulatinamente enriquecido (...)”. Com Montesquieu, sobre Roma, cita a ordenação institucional e dois termos importantes: a igualdade entre cidadão e as leis que garantiram distribuição de terras, relacionando-a à igualdade entre os cidadãos e interesse comum de preservar seus bens: “a distribuição de terras que seus legisladores haviam logrado implementos, pois isso fazia um povo mais potente, quer dizer, uma sociedade bem mais regulada” (BIGNOTTO, 2010, p. 31). Mas o filósofo francês ainda daria mais uma contribuição acerca do que destrói a república, afirmando que “a corrupção sempre destrói a vida política das repúblicas (...) Sem verdadeiros cidadãos apegados à pátria e a igualdade, a liberdade se extingue” (BIGNOTTO, 2010, p. 33). E assim retoma-se o tema da virtude política, essencial à república e definida como amor à pátria e à igualdade, “respeito e submissão as leis, obediência às regras de conduta, frugalidade e uso consciente dos recursos públicos” (BIGNOTTO, 2010, p. 42).

Da *Enciclopédia* de Diderot e D’Alambert, Bignotto (2010, p. 59-64) define que “República é uma forma de governo na qual o povo ou parte do povo detém a potência soberana”, sendo a Democracia o regime que melhor a expressa. Em dado momento, em uma discussão que nos remete ao conflito entre plebeísmo e civismo, a *Enciclopédia* afirmará que para se resolver a questão, “o regime republicano deve existir em harmonia com o princípio maior da democracia: a virtude”, e, corroborando com Montesquieu, a virtude aparece como equivalente à manifestação do amor pelas leis e pela pátria, amor à igualdade e a frugalidade”. Quanto à contribuição Voltaire ao vocabulário republicano, Bignotto (2010, p.80-3) apontará como ponto “nefrálgico” de seus escritos “identificação de República com o autogoverno. É a legação mais profunda que deve existir entre o interesse da maioria do cidadão e o governo que identifica esse regime e que, de alguma forma, o torna tão difícil”. Como crítico do poder exercido pela Igreja católica, considerando-a fundadora de intolerância e Injustiça (BIGNOTTO, 2010, p.75) o filósofo será responsável por abrir o caminho para a

inserção no vocabulário republicano do termo laicidade. Pensando a *virtude* como já referida anteriormente por Montesquieu, dirá que “o homem virtuoso está bem mais à vontade em uma república”, ou seja, *pátria e igualdade (em direitos)*, está última relacionada a interesse comum, e ambas à *liberdade*, obediência a *leis*, e uso consciente dos *recursos públicos*. Se a isso somarmos a ideia de *soberania* (potência, autogoverno) emanada do povo (total ou em parte), creio que abarcamos em grande medida o repertório republicano trazido pelo iluminismo europeu.

Observa-se, desde já, que em diferentes matrizes de pensamento, as ideias sintetizadas por Cícero (2000), a saber, *virtude*, *direitos*, *leis* e *interesse comum*, ecoam com maior ou menor ênfase. Bailyn (1967 [2003]) encontra na revolução americana a circulação de ideias semelhantes, e a própria influência do pensamento clássico e iluminista nos panfletos de escritores revolucionários e sobre essa influência na consciência dos revolucionários, Bailyn (2003, p.48) afirmará que “Para os colonos era um repositório de experiência em condutas humanas personificando os princípios da *justiça*, *equidade* e *direitos*”.

Nessas noções estavam ainda a de Constituição e liberdade, uma liberdade individual frente ao poder do Estado, bem como uma liberdade como autonomia, autogoverno. Segundo Baylin (2003, p. 79-80) os colonos pensavam na Constituição não como documento, mas como ordem instituída “de instituições governamentais, leis e costumes, juntamente com princípios e objetivos”, e, nas palavras de John Adams, apontado como um dos responsáveis pela construção da mentalidade revolucionária, um dos principais divulgadores das ideias revolucionárias, a Constituição é um “arcabouço, um sistema, uma combinação de poderes para um certo fim – o *bem de toda comunidade*”. Já por liberdade entendiam ser “a capacidade de ‘exercer direitos naturais’ dentro de limites colocados não pela mera vontade ou desejo dos homens no poder, mas por leis não arbitrárias – leis sancionadas pelas legislaturas contendo em si o equilíbrio adequado de forças” (BAYLIN, 2003, p. 87). Trata-se, pois, de uma liberdade política, em posição a uma liberdade teórica (estado de natureza). Não era a subversão ou nem alteração da ordem social existente, mas a preservação da liberdade política, individual, ameaçada pela corrupção da constituição e o estabelecimento, em princípio das condições vigentes de liberdade” (BAYLIN,

2003, p. 37), acreditavam em um significativo grau de virtude como básico, mas não era uma virtude do povo original. E mais uma vez, assim como nos iluministas, o termo corrupção aparece como uma ameaça no interior do vocabulário republicano. Por fim, os colonos acreditam na propriedade pessoal (privada) como valor base para sua preservação e crescimento econômico, o que se vincula também a noção de liberdade como autogoverno, ou soberania, enfim, ao desejo de construir uma nação nova e com grande poder, e se livrar do sistema político corrupto que os governava (BAYLIN, 2003, p. 12-13).

Starling (2018) reconhece a importância das ideias europeias, em especial francesas, e norte-americanas na construção do ideário republicano na história do Brasil. Em suas palavras as matrizes

(...) a norte-americana e a francesa, mantiveram uma relação intensa e dinâmica com a imaginação política da América portuguesa. A norte-americana fez história durante o processo revolucionário que começou com a luta entre os colonos da América inglesa e a Grã-Bretanha e se encerrou na ratificação e na emenda da Constituição nacional. A matriz francesa, por sua vez, teve início nas primeiras décadas do século XVIII, alcançou os olhos do mundo durante a Revolução de 1789 e se estendeu até a implantação da Terceira República, na década de 1870. Essas duas matrizes reluziram em serões ou por correspondência e nos debates em reuniões de colonos que tentaram encontrar nas conjurações uma saída para sua própria situação de crise ao final do século XVIII (STARLING, 2018, p. 16-7).

Segundo Starling (2018, pp. 18-19), o termo república terá mais de um significado, perpassando essa trajetória por três momentos. No primeiro momento o termo está associado ao modo de gestão das câmaras municipais, o segundo, em que a palavra República se associa a sedição e, por fim, na segunda metade do século XVIII, “inéditas e decisivas” alterações de sentido:

O vocabulário da vida pública foi ampliado por meio de novas definições para palavras como “pátria”, “América”, “corrupção”, “liberdade”, “bom governo”, “bem comum”, e ganhou força uma espécie de recombinação, até então incomum, entre os textos escritos pelos colonos e as práticas e formas de ação política que protagonizaram em Minas, no Rio de Janeiro e em Salvador (...) reconhecer na linguagem da República um jeito de falar de liberdade. (STARLING, 2018, p. 19).

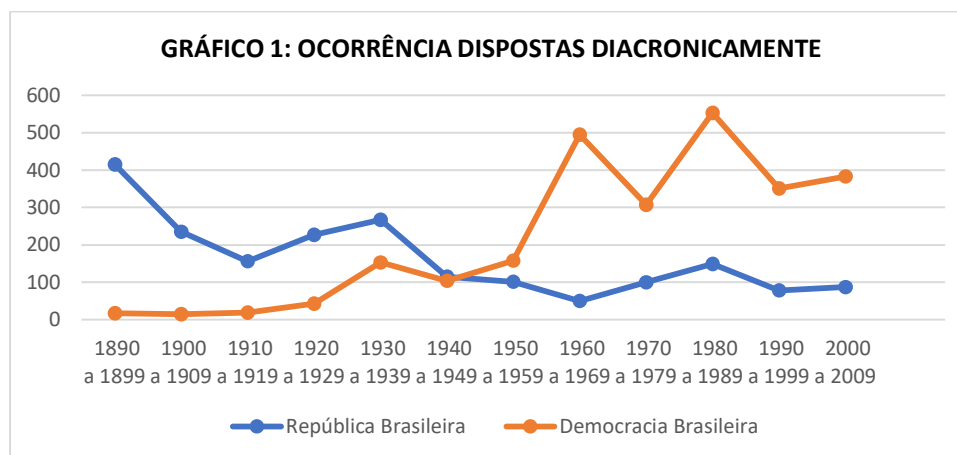
Starling (2010, p. 25) definirá república, de modo geral, como uma comunidade autogovernada, com seu próprio edifício institucional, um referencial coletivo de interesses e algum compartilhamento de princípios norteadores da vida em comum, mas das matrizes europeia e americana apresenta especial relação com “as leis capazes de conjugar ideias de igualdade democrática e liberdade republicana” e que as conjurações aludem a essa comunidade como “autogovernada por seus cidadãos , cujos modos de convivência são regulados por um conjunto de valores, mas, também, um tipo de governo que conta com uma administração zelosa do bem público” (*idem*, 2018, p. 245). A autora constata ainda a permanência da ambiguidade do termo República, a mesma que havia desde que os gregos a chamavam de *Politeia* e os latinos de *res publica*, e conclui *bom governo, soberania, justiça, bem comum, direitos, felicidade pública, América e liberdade* como termos do vocabulário republicano no Brasil Colônia. Por fim, vale ressaltar que a autora afirmará o esvaziamento do termo República no século XIX, sendo este termo para nós um termo descaracterizado de sua tradição:

Na República que o final do século XIX remeteu ao presente, os marcos que fundaram o republicanismo do período colonial estavam descaracterizados e a antiga tradição não conseguiu encontrar sua instituição apropriada. Por mais que a palavra “República” tenha se transmitido ao longo do tempo a partir de 1889, e por mais que tenha sido fielmente preservada na história brasileira desde então, até se desgastar em um chavão desimportante, os republicanos do final do século XIX acabaram por eliminar dela toda a experiência política anterior que não pudesse se encaixar nos parâmetros da República que haviam proclamado — e que se revelou uma forma de governo oligárquica, excludente e sem nenhuma sensibilidade para a questão social. (STARLING, 2018, p. 22).

Ao final conclui que a República que nasce no Brasil em 15 de novembro de 1889 é oca, sem tradição (STARLING, 2018, p. 263). A confirmação de tal esvaziamento ou não, e em que medida o vocabulário republicano contemporâneo preserva o ideário do repertório tradicional e a influência das matrizes europeia e americana, são objeto da pesquisa lexical a seguir.

Metodologia

A escolha dos documentos a serem analisados, observados os pressupostos de Skinner (1988) e Pocock (1967 [2003]) se deu por conveniência. Assim, optou-se por textos de jornal que apresentassem possibilidade de recorte da contemporaneidade compreendida, para o fim que objetivamos, o final do sec. XIX e ao longo do Sec. XX, ou seja, aos anos que se seguiram a proclamação até dias atuais, como dito anteriormente. Buscou-se periódico de maior amplitude cronológica, bem como a disponibilidade de tais textos online. Logo, disponível online na hemeroteca nacional selecionou-se os textos do periódico *Jornal do Brasil*. A fim de se investigar o que nos revela o estudo do léxico republicano, escolheu-se como universo as ocorrências do termo *República Brasileira*, e não simplesmente república, visando a otimização da busca pela compreensão do ideário que compõem a caracterização de um Estado republicano. Em paralelo pesquisou-se ainda o termo *Democracia Brasileira*, a fim de se averiguar o quanto é identificável, no ideário nacional, a distinção essencial entre ambos conceitos. A busca lexical preliminar revelou o resultado correspondente a um movimento de mudança linguística, ou seja, de substituição de um termo por outro, no caso, de República brasileira por democracia Brasileira, o que corrobora a hipótese de esvaziamento, ao mesmo tempo que indica um promissor caminho de investigação a comparação entre os dois termos:



A partir de tal comparativo revelou, de imediato se calculou em números relativos as décadas onde os termos apresentam maiores discrepâncias em uso no período que antecede e sucede o ponto de mudança. Assim a maior diferença entre número de ocorrências em que o termo *República Brasileira* é superior, está na sincronia 1890 a 1899 (96% x 4%) e a sincronia que compreende o maior número de ocorrências do *Democracia Brasileira* é a de 1960 a 1969 (91% a 9%). Separadas as décadas do universo, selecionou-se aleatoriamente 20 textos jornalísticos, sendo estes 10 de cada sincronia, e as primeiras ocorrências de cada ano, em cada década, descartados textos como os de tipo publicitários e sinopses. Com a ajuda do programa *Abbyy Fine Reader 12*, converteu-se os textos para o formato *.txt*, os quais, submetidos ao programa *Anticonc*, procedeu-se a contagem do vocabulário com o uso de uma lista de exclusão de termos gramaticais, tais como artigos, preposições e nomes próprios de pessoas. Em seguida, procedeu-se ao processo de lematização, ou seja, a identificação dos lexemas (o que se entende, em última instância, por palavra) e lexias (variações na forma de ocorrência dos lemas). Por fim, da relação entre os termos em análise e os termos a eles vinculados nos textos, nos moldes propostos por Geeraerts (2010) e Matoré (1957 [1973]) propor-se um desenho dos campos semânticos de cada termo em cada período a partir dos 20 lexemas mais frequente em cada sincronia. Neste ponto foi possível estabelecer a comparação e relação entre eles, possibilitando a avaliação acerca da existência da relação ou não com o repertório e ideário da tradição, tal como nos apresentam Cícero (2000), Bignotto (2010) e Starling (2018).

Apresentação e análise dos dados

Uma vez explicitados os procedimentos e critérios metodológicos, procederemos com a exposição dos dados. Começamos pelo primeiro período a ser analisado, aqui denominado Sincronia 1, a qual, como dito anteriormente, compreende as ocorrências dos lexemas investigados em 10 textos publicados na década de 1890 no periódico *Jornal do Brasil*.

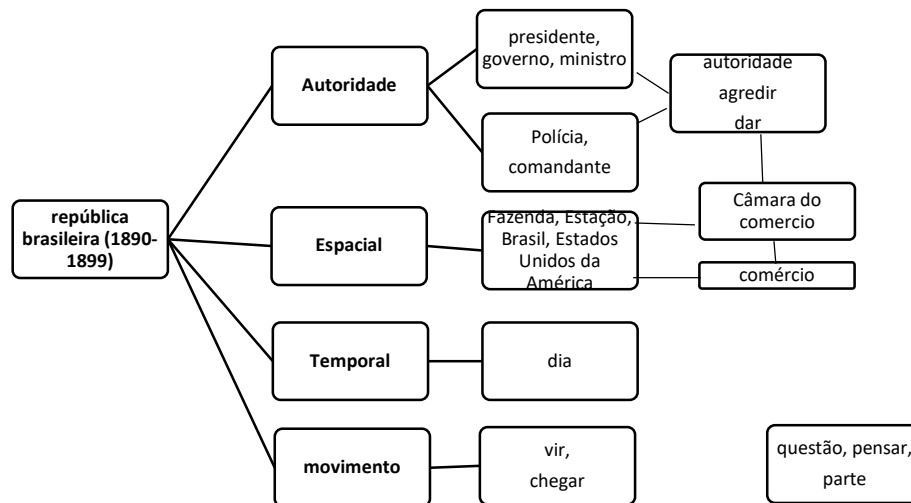
O primeiro lexema investigado nos dados da Sincronia 1 foi *República Brasileira*, aqui denominado palavra-alvo. Após a seleção dos textos e

tratamentos dos dados por processo de lematização, chegou-se a seguinte lista com os 20 lexemas mais frequentes relacionados à palavra-alvo:

TABELA 1: REPÚBLICA BRASILEIRA (1890-1899) – SINCRONIA 1	
FREQ.	LEXEMA
10	PRESIDENTE
8	BRASIL
8	GOVERNO
8	MINISTRO
6	DAR
5	AUTORIDADE
5	PARTE
5	ESTAÇÃO (TREM)
5	POLÍCIA
4	COMÉRCIO
4	CÂMARA DO COMÉRCIO
4	COMANDANTE
4	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
4	AGREDIR
4	QUESTÃO
4	DIA
4	FAZENDA (TERRENO)
4	VIR
4	PENSAR
4	CHEGAR

Em seguida, organizamos os lexemas expostos na configuração de campos semânticos. Os campos semânticos permitem observar a preferência e a prosódia semânticas relacionadas à palavra-alvo com maior clareza.

Campos Semânticos: República Brasileira - Sincronia 1



Podemos observar nos dados a existência de três campos semânticos relacionados à *República Brasileira* na Sincronia 1: autoridade, especialidade, temporalidade e movimento, com número de 3 lexemas não vinculados a nenhum campo nocional específico, a saber, questão, pensar e parte.

A fim de melhor contextualizarmos os termos e as relações expostas graficamente, citaremos alguns trechos:

Texto de 2/1/1896: “srs. drs. *presidente* e vice-presidente da *República Brasileira*, por *parte* do *comércio* e desta capital”

Mas o lexema *parte* também aparece de maneira aleatório em uso pouco relacionado a outro termo de relevância semântica, como em:

Texto de 12/4/1891: “Quanto a esta última *parte* da mensagem”.

Tal comportamento dificultou uma indexação específica e minimamente segura. O mesmo acontece com *questão* e as várias lexias de *pensar*.

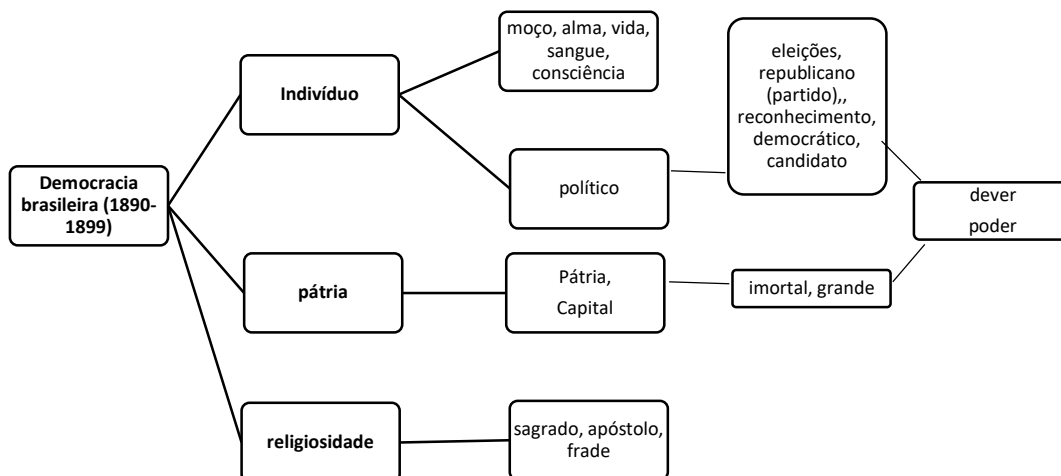
O segundo lexema investigado na Sincronia 1, *democracia brasileira*, foi submetido ao mesmo processo de listagem das lexias colocadas ao conjunto de dados e ao processo de lematização:

TABELA 2: DEMOCRACIA BRASILEIRA (1890-1899) - SICRONIA 1	
FREQ.	LEXEMA
11	REPUBLICANO (PARTIDO)
11	GRANDE
6	POLITICO

6	ELEIÇÃO
5	DEVER
5	FRADE
4	MOÇO
4	ALMA
4	VIDA
4	PODER
4	SAGRADO
3	CAPITAL
3	CONSCIÊNCIA
3	IMORTAL
3	PÁTRIA
3	RECONHECIMENTO
3	DEMOCRÁTICO
2	APÓSTOLO
2	CANDIDATO
2	SANGUE

Em seguida, mais uma vez, organizamos os lexemas expostos na tabela em campos semânticos:

Campos Semânticos: Democracia Brasileira - Sincronia 1



Podemos observar nos dados a existência de três campos semânticos relacionados à *Democracia Brasileira* na Sincronia 1: indivíduo (pessoa humana), pátria e religiosidade. A presença de campos nocionais típicos de uma democracia, como relativos ao sufrágio, mas não exclusivos, relacionáveis também à campos republicanos, como o de direitos políticos individuais e,

igualmente republicanos, o tom patriótico (pátria, grande, imortal). Comparativamente, em certa medida, encontramos, como exposto, vinculados à *democracia brasileira* campos mais próximos da ideia de *república* apontada na tradição (virtude e amor à pátria) que o campo nocional vinculado à *república brasileira* registrou. Destaca-se, por fim, a presença de um o campo nocional religioso.

A fim de melhor explicitar a relação entre os termos, citamos no texto de 1/11/1898: “pela autonomia da Grande República Sul Americana, então colônia, foi guardada no *sagrado* da *Pátria* e no coração de todos os seus milhões estremecidos”. E ainda, no mesmo texto: “hoje esquecido por ocasião da festa inaugural da capital mineira, a *consciência* do Sr Stockler” Religiosidade, por sua vez, vinculada ao Estado, distancia, nesse ponto, da discussão republicana como proposta por de Voltaire e de uma ideia de laicidade.

Comparando mais uma vez as duas palavras-alvo, em uma tabela lado a lado para facilitar a análise, observa-se que *poder* parece perde centralidade em *democracia brasileira*. Em *república brasileira* o lexema não aparece explicitamente, mas está presente no campo nocional Autoridade, uma autoridade institucional. Já em *democracia brasileira*, o lexema aparece explicitamente, e, os dados indicam, relacionado a ideia sufragista, a um campo político-eleitoral.

TABELA 3: COMPARATIVO DE FREQUENCIA DE OCORRÊNCIAS – SINCRONIA 1

REPÚBLICA BRASILEIRA (1890-1899) – SINCRONIA 1		DEMOCRACIA BRASILEIRA (1890-1899) SINCRONIA 1	
FREQ.	LEXEMA	FREQ.	LEXEMA
10	PRESIDENTE	11	REPUBLICANO (PARTIDO)
8	BRASIL	11	GRANDE
8	GOVERNO	6	POLITICO
8	MINISTRO	6	ELEIÇÃO
6	DAR	5	DEVER
5	AUTORIDADE	5	FRADE
5	PARTE	4	MOÇO
5	ESTAÇÃO (TREM)	4	ALMA
5	POLÍCIA	4	VIDA
4	COMÉRCIO	4	PODER
4	CÂMARA DO COMÉRCIO	4	SAGRADO
4	COMANDANTE	3	CAPITAL
4	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	3	CONSCIÊNCIA
4	AGREDIR	3	IMORTAL
4	QUESTÃO	3	PÁTRIA
4	DIA	3	RECONHECIMENTO

4	FAZENDA (TERRENO)	3	DEMOCRÁTICO
4	VIR	2	APÓSTOLO
4	PENSAR	2	CANDIDATO
4	CHEGAR	2	SANGUE

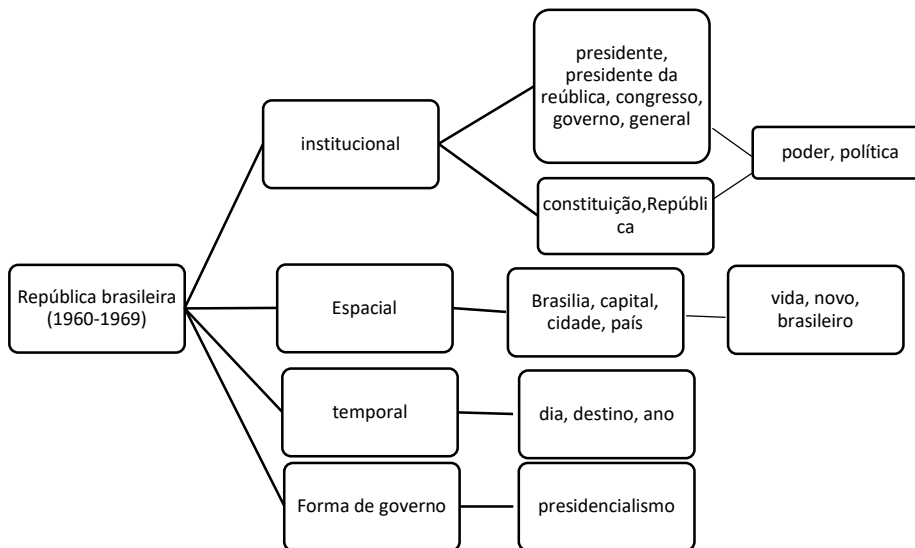
Semelhante à primeira sincronia, a Sincronia 2 compreende as ocorrências dos lexemas investigados em 10 textos, contudo agora publicados a década de 1960, extraída do periódico *Jornal do Brasil*. O primeiro lexema investigado nos dados da Sincronia 2 foi *República brasileira*. Após a seleção e tratamentos dos dados também por processo de lematização, chegou-se a seguinte lista com os 20 lexemas mais frequentes relacionados à palavra-alvo.

TABELA 4: REPÚBLICA BRASILEIRA (1960-1969) - SICRONIA 2	
FREQ.	LEXEMA
15	PODER
14	VIDA
14	POLÍTICA
14	PAÍS (Brasil)
10	ANO
10	NOVO
9	BRASILEIRO
9	PRESIDENTE
8	PRESEDENTE DA REPÚBLICA
8	DESTINO (ponto futuro)
7	REPÚBLICA
7	CONSTITUIÇÃO
6	BRASÍLIA
6	CAPITAL
6	CIDADE
6	DIA
5	PRESIDENCIALISMO
5	GENERAL
5	GOVERNO
5	CONGRESSO

Primeiramente, é importante evidenciar que a posição dos termos *brasileiro* e *república* foram contadas excluindo-se os termos *república brasileira*, contados como léxico a parte. Todas as referências de país são ao Brasil. Podemos observar nos dados a existência de três campos semânticos relacionados à *República Brasileira* na Sincronia 1: Institucional, especial, temporal e forma de governo, um campo novo. Nota-se o surgimento de lexemas como *vida* e *brasileiro*, os quais se referem às pessoas do determinado território. Campo mais próximo a campo nocional já observado em *democracia brasileira*

na Sincronia 1. *Poder* deixa de ser campo nocional para se tornar lexema de maior proeminência e, ainda, associado a lugares institucionais. Por fim, organizamos os lexemas expostos na tabela em campos semânticos:

Campos Semânticos: República Brasileira - Sincronia 2



Os dados atestam centralidade da figura institucional do presidente no período retratado pela sincronia, absolutamente em consonância com o contexto histórico e a insurgência de um governo autoritário.

A fim de se expor e exemplificar melhor algumas relações entre termos, citamos, no texto de abril de 1960, cuja data precisa não foi possível identificar na página deteriorada do periódico: “Esta é uma das características da *vida brasileira*”. No texto de 20/5/1969: “personalidades da *vida pública do país*”

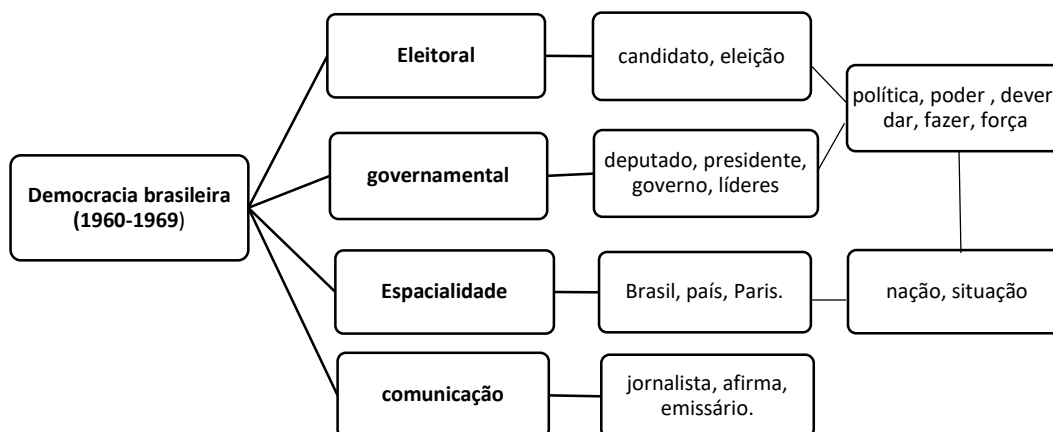
O segundo lexema investigado na Sincronia 2, *democracia brasileira*, foi submetido ao mesmo processo de listagem das lexias colocadas ao conjunto de dados e ao processo de lematização:

TABELA 5: DEMOCRACIA BRASILEIRA (1960-1969) - SINCRONIA 2	
FREQ.	LEXEMA
20	PODER
12	BRASIL
12	PAÍS
12	POLÍTICA
9	FAZER

8	PRESIDENTE (do Brasil)
8	GOVERNO
8	PARIS
7	DEVER
7	DAR
7	AFIRMAR
6	JORNALISTA
6	NAÇÃO
5	CANDIDATO
5	EMISSÁRIO
5	FORÇA
5	SITUAÇÃO
5	LÍDERES
4	DEPUTADO
4	ELEIÇÃO

Primeiramente, nota-se que todas as ocorrências do léxico “presidente” se referiam ao cargo de chefe de estado brasileiro, atestando, tal como os dados de *república brasileira*, a centralidade de tal cargo mandatário no contexto. Podemos observar nos dados a existência de quatro campos semânticos relacionados à *Democracia Brasileira* na Sincronia 2: eleitoral, governamental, espacial, comunicacional. O surgimento de um campo semântico de comunicação confirma a relevância que as decisões políticas que afetam a imprensa e a abertura de informação têm no contexto histórico da década.

Campos Semânticos: Democracia Brasileira - Sincronia 2



A proeminência do vocabulário político-eleitoral e o desaparecimento, em comparação com a sincronia 1, de um campo nocional do indivíduo, também nos parece um dado bastante significativo e testemunhal do período. A fim de se

expor e exemplificar melhor algumas relações entre termos, citamos no texto de 27/08/1961: “Goulart teve o direito de candidatar-se nas *eleições* passadas, tem — neste momento — o *dever* de assumir as responsabilidades da Presidência, a menos que não se julgue em condições de fazer *governo*” ou ainda no texto de “a fim de permitir que lhe sejam enviadas notícias mais completas sobre a *situação política e social do País*”.

Uma tabela comparativa das ocorrências nos permite observar que dos 4 termos mais proeminentes em *democracia brasileira*, ou seja, de maior contribuição semântica para os conceitos em análise, coincidem com os termos mais proeminentes em com os termos mais proeminentes em *República brasileira*, indicando a proximidade semântica dos termos no período. Destaca-se a proeminência semântica do termo poder para ambos as ideias. O mesmo lexema apresentou-se como indicativo de diferença entre as palavras-alvo na sincronia anterior, nota-se certa especificidade da ideia republicana, vinculando-se ao *locus* institucional. Nesta sincronia, em república, o termo ainda aparece como referência a um *poder institucionalizado*, mas agora, em democracia também, ao lado de noção eleitoral, que se mantém. Assim a distância entre os termos parece se estreitar, e o termo aparece estabelecendo relações semânticas semelhantes a ambas palavras-alvo, de maneira indiferente.

TABELA 6: COMPARATIVO DE FREQUENCIA DE OCORRÊNCIAS – SINCRONIA 2

REPÚBLICA BRASILEIRA (1960-1969) SICRONIA 2		DEMOCRACIA BRASILEIRA (1960-1969) SINCRONIA 2	
FREQ.	LEXEMA	FREQ.	LEXEMA
15	PODER	20	PODER
14	VIDA	12	BRASIL
14	POLÍTICA	12	PAÍS
14	PAÍS (BRASIL)	12	POLÍTICA
10	ANO	9	FAZER
10	NOVO	8	PRESIDENTE (DO BRASIL)
9	BRASILEIRO	8	GOVERNO
9	PRESIDENTE	8	PARIS
8	PRESEDENTE DA REPÚBLICA	7	DEVER
8	DESTINO (ponto futuro)	7	DAR
7	REPÚBLICA	7	AFIRMAR
7	CONSTITUIÇÃO	6	JORNALISTA
6	BRASÍLIA	6	NAÇÃO
6	CAPITAL	5	CANDIDATO
6	CIDADE	5	EMISSÁRIO
6	DIA	5	FORÇA

5	PREIDENCIALISMO	5	SITUAÇÃO
5	GENERAL	5	LÍDERES
5	GOVERNO	4	DEPUTADO
5	CONGRESSO	4	ELEIÇÃO

Comparando ambas as sincronias do temo *República brasileira*, a percepção das ausências talvez seja já mais significativa que os indicativos de presença. Nota-se que termos que se demonstraram centrais na história das ideias republicanas não tem relevância aqui, ou seja, não alcançaram frequência suficiente para configurar entre as 20 principais ocorrências termos como *direito, liberdade, virtude* (civismo), *igualdade, bem comum, justiça, nem mesmo soberania*.

Comparando, agora, ambas palavras-alvo em ambas sincronias, observamos também que a ideia de uma mudança linguística com a substituição do termo *república brasileira* pelo termo *democracia brasileira* não está plenamente confirmada, posto que os dados não indicam que, em algum momento, de fato, se esteve representado no ideário nacional a ideia de Estado republicano verificada em tempos idos de sua tradição. Mesmo o termo *democracia* parece esvaziado. Lexemas como *povo* ou *igualdade* não possuem proeminência significativa nos textos. Contudo, ao menos, outros temas fundamentais aparecem, relativos ao sufrágio e representatividade. O mesmo não se pode falar da República. Alguém poderia me alertar que aparece o campo nocional institucional, contudo, devemos observar que são muito mais instituições *locus* que como submissão as leis, como pensou a tradição europeia e americana. Reiteramos que dentre os termos essenciais, tal como levantado pelo referencial, a saber, Virtude (cidadania, civismo), igualdade (direito, poder), liberdade (direito), bem comum, soberania (poder, pátria), leis (constituição, regras), apenas *constituição* tem frequência significativa. A este aspecto vale ressaltar que o momento em que os dados mais se aproximam da ideia de virtude, especialmente pensada como amor à pátria ou como características (direitos e deveres) do cidadão, ainda que de maneira rasa, foram em textos relacionados à *democracia brasileira*.

Assim, os dados corroboram a hipótese do esvaziamento da ideia de Estado republicano. Acreditamos termos indicativos também de que tal

esvaziamento se agravou com o passar do tempo, ainda que, contudo, aparentemente desde os primeiros momentos em que a república foi proclamada, os dados indiquem poucos vestígios (institucionalidade certamente o mais forte) de tal ideia, nos termos da tradição, esteve entre nós. Conforme contexto histórico narrado por Starlin (2018).

Considerações finais

Trabalho não é definitivo, por isso evitamos o termo conclusão. Aplicando-se a amostra e universo, pode-se vislumbrar novas vertentes interpretativas. Contudo, o dado é um interessante indicativo linguístico se o relacionamos as reflexões históricas que apontam para as mesmas deduções. Alcançamos os objetivos e confirmamos a hipótese de esvaziamento da ideia de *república* a partir da investigação comparativa dos lexemas *república brasileira* e *democracia brasileira*.

Amostra e universo foram escolhidos por conveniência dada a escassez de tempo, assim, fica para uma próxima pesquisa a investigação da ampliação do corpus e relação dos campos nocionais identificados a ideários culturais nacionais, como a Cordialidade.

Por fim, ressalta-se a relevância do trabalho para investigações futuras e reconhecemos nossa limitação. Como especial fragilidade destacamos a impossibilidade de tempo para a realização da investigação de um possível peso do viés ideológico do veículo investigado nos resultados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- ARAUJO, Cícero. República e democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 51, p. 5-30, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000300002&lng=en&nrm=iso Acessado em 05 julho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452000000300002>.
- BAILYN, B. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.
- BIDERMAN, Maria Tereza. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BIGNOTTO, Newton. *As aventuras da virtude; as ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- BOAS, Franz. Introduction. In: BOAS, Franz. *Handbook of American Indian Languages*. Vol. 1. Washington: Bureau of American Ethnology. Bulletin 40, 1911.
- CAMBRAIA, C. N. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. *Revista de Estudos de Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-188, 2013.
- CAMBRAIA, César Nardelli; ROMERO, Silvana Cristina. *Neologismos Em Uma Perspectiva Sociolinguística. Percursos Linguísticos*, v. 5, n. 10, p. 74-91, 2015.
- CHABROLLE-CERRETINI, A-M. *la vision du monde de Wilhelm von Humboldt: Historie d'un concept linguistique*. Lion: ENS Editions, 2007.
- GEERAERTS, Dirk. *Theories of lexical semantics*. Oxford University Press, 2010.
- HUMBOLDT, W. *Wilhelm von Humboldt: linguagem, literatura e Bildung*. Werner Heidermann, Markus J. Weininger (Orgs.). Florianópolis: UFSC, 2006.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Système linguistique et ethos communicatif, Cahiers de praxématique* [Online], 38 | 2002, document 1, Online since 01 January 2010, connection on 19 December 2016. URL : <http://praxematique.revues.org/540>
- MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie: domaine français*. Nouv. éd. Paris: Didier, 1973.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SAPIR, Edward. *Language. An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace & World, 1921.
- SKINNER, Quentin. "Meaning and understanding in the history of ideas". In: TULLY, James (Org.). *Meaning & Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- STARLING, Heloisa M. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Cia das letras, 2018.